

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica
Departamento de Gestão Estratégica

Metas Nacionais do Poder Judiciário 2021

Glossários e Esclarecimentos Justiça Eleitoral

Sumário

Sumário	2
Introdução e Orientações Gerais	3
Controle de Versões	5
Meta 1 de 2021 – Julgar mais processos que os distribuídos	6
Meta 2 de 2021 – Julgar processos mais antigos	10
Meta 4 de 2021 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	15
Meta 9 de 2021 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	21
Meta 10 de 2021 – Saúde de magistrados e servidores.....	24

Introdução e Orientações Gerais

O presente documento tem por finalidade orientar os tribunais brasileiros para acompanhamento, monitoramento e execução das Metas Nacionais de 2021, aprovadas pelos respectivos presidentes no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, de forma virtual.

O glossário de metas nacionais também se destina a estabelecer instruções e critérios para subsidiar os tribunais na coleta de dados e posterior lançamento no Sistema de Metas Nacionais, com vistas a possibilitar ao CNJ o acompanhamento, aferição de cumprimento e geração de relatórios estatísticos.

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça iniciou a parametrização da metodologia para aferição e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário com as variáveis estatísticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009, as quais servem de base para a elaboração do Relatório Justiça em Números.

Para essa finalidade, iniciou-se teste-piloto com as metas processuais da Justiça Estadual. Em 2019, em continuidade ao processo de parametrização, buscou-se contemplar as metas processuais dos demais segmentos de justiça, quando possível e com adaptações, em razão das peculiaridades de cada meta e segmento de justiça. Nesse sentido, é importante observar que a parametrização não é absoluta, pois trata-se de uma aproximação entre as metodologias, já que são distintas e inconfundíveis as finalidades das Metas Nacionais (gestão) e do Justiça em Números (diagnóstico).

Conforme preconiza a Resolução CNJ nº 325/2020: “Os dados relativos às Metas Nacionais de natureza processual serão extraídos da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário – Datajud”. Entretanto, tendo em vista o processo de saneamento dos dados do Datajud, o Sistema de Metas ainda será a forma utilizada em 2021.

Os questionários das Metas de 2021 poderão ser acessados por meio do Sistema de Metas Nacionais, link [monitoramento.metas@cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br/corporativo, informando usuário (CPF) e senha fornecida pelo CNJ. No mesmo endereço eletrônico, os tribunais poderão sanar dúvidas e solicitar esclarecimentos sobre o Glossário, mediante o cadastro de chamados, selecionando a aba “Metas Nacionais do Poder Judiciário”. Além disso, os tribunais também podem contatar o CNJ para tratar das Metas Nacionais através do endereço <a href=).

Os dados deverão ser lançados pelos tribunais do dia 1º ao 18º dia útil do mês seguinte ao de referência. A data limite será observada para efeito de consolidação dos dados, levantamentos estatísticos e composição de relatórios a serem divulgados no portal do CNJ.

Os movimentos, assuntos e classes processuais referidos neste Glossário encontram-se em http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php.

Especial atenção deve ser dispensada às Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário¹, porque, para fins de levantamento de quantitativos a serem lançados no Sistema de Metas, os tribunais deverão considerá-las, especialmente quanto às classes processuais, assuntos e movimentos contemplados pelas metas, bem como das orientações de aplicação de cada classe ou movimento. Quanto a eventuais movimentos processuais inexistentes nas Tabelas Processuais Unificadas/TPU, sugere-se aos tribunais observar o disposto no §3º do artigo 5º da Resolução CNJ n. 46/2007, que versa sobre a possibilidade de complementar a tabela de movimentos, atendidos os requisitos ali dispostos.

Por fim, recomenda-se aos tribunais acompanhar a atualização da tabela “Proposta de Parametrização” e os Anexos da Resolução CNJ nº 76/2009, disponíveis no portal do CNJ, uma vez que poderão impactar a coleta de dados para lançamento no Sistema de Metas.

Por esse motivo, por exemplo, classes novas criadas nas Tabelas Processuais Unificadas/TPU somente serão contabilizadas nas metas a partir do momento em que constarem nas variáveis da tabela “Proposta de Parametrização” do Justiça em Números.

¹ As tabelas Processuais Unificadas foram instituídas pela Res. 46/2007 e sua adoção obrigatória teve início em setembro/2008.

Controle de Versões

Versão	Data	Revisão
1	08/03/2021	Primeira Versão
2	18/03/2021	Inclusão dos movimentos 982 e 123 (Remessa) e seus complementos 90, 194 e 38 nas perguntas de saída das Metas 2 e 4.
3	25/03/2021	Retirada do movimento 11373 (anulação de sentença/acordão) das perguntas de saída das metas 1, 2 e 4, pois foi acrescentado de forma errônea, ocasionando dupla contagem.

Meta 1 de 2021 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Questionário

Id.	Pergunta
P1.1	Número total de casos novos de conhecimento não criminais distribuídos no mês de referência.
P1.2	Número total de casos novos de conhecimento criminais distribuídos no mês de referência.
P1.3	Número total de casos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento
P1.4	Número total de casos de conhecimento criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento .
P1.5	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos no exercício de 2021 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta.
P1.6	Número total de casos de conhecimento criminais distribuídos no exercício de 2021 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta.
P1.7	Número total de casos de conhecimento não criminais que no mês de referência entraram na meta por saírem da situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta.
P1.8	Número total de casos de conhecimento criminais que no mês de referência entraram na meta por saírem da situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta.

P1.9	Número total de casos de conhecimento não criminais informados em P1.1 e P1.7 que no mês de referência saíram da meta por entrarem em suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório.
P1.10	Número total de casos de conhecimento criminais informados em P1.2 e P1.8 que no mês de referência saíram da meta por entrarem em suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório.

Obs.: As perguntas devem ser respondidas em separado para 1º grau e para 2º grau.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento: $= ((\sum P1.3 + \sum P1.4) / (\sum P1.1 + \sum P1.2 + 1 - \sum P1.5 - \sum P1.6 + \sum P1.7 + \sum P1.8 - \sum P1.9 - \sum P1.10)) \times 100$

Esclarecimento da Meta

A meta 1 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso(s)” e “processo(s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justiça em Números.

Para efeitos desta meta, por julgamento deve ser entendida a primeira sentença/decisão contida nas variáveis “Sent” e “Dec”. Se houver mais de uma, contabilizar apenas a primeira.

Em caso de processo com sentença ou acórdão anulados em 2021, o respectivo quantitativo deverá ser informado nas perguntas P1.7 ou P1.8, passando a se enquadrar novamente nos critérios da meta. Quando ocorrer novo julgamento, o respectivo quantitativo deverá ser informado nas perguntas P1.3 ou P1.4.

Para cumprir a meta, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores.

Processos pendentes de julgamento em 31/12/2020 cujas classes processuais hajam sido extintas pelo novo Código de Processo Civil ou em virtude de qualquer outra alteração legislativa são contabilizadas na meta até a respectiva solução.

Devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), os processos de prestações de contas de partidos e de candidatos – eleitos ou não eleitos - das eleições de 2020, distribuídos e não julgados em 2020, devem ser contabilizados nas perguntas P1.1 e P1.7 de 2021. Sendo assim, esses processos entrarão no cômputo da Meta 1 em 2021.

Devem ser incluídos os dados de julgamentos realizados em 2021 de processos distribuídos em anos anteriores, inclusive processos das Metas Nacionais 2 e 4.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P1.1 e P1.2 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números:

1º grau

- CnCCrim1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais
- CnCNCrim1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais

2º grau

- CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais
- CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais
- CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais
- CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais

P1.3 e P1.4 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números. Se houver mais de uma Sentença/Decisão, contabilizar apenas a primeira.

1º grau

- SentCCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais
- SentCNCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais

2º grau

- DecCrim2º – Decisões terminativas de processo no processo criminal no 2º Grau
- DecNCrim2º – Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau

Observação: Para as classes processuais cujos movimentos de solução não estão contidos sob o código 193 (Julgamento) das tabelas processuais, devem-se utilizar os movimentos contidos nos ramos sob o código 3 (Decisão).

P1.5 e P1.6 – Em todas as instâncias, os processos que receberam a movimentação 488 (cancelamento de distribuição) ou as movimentações 982 ou 123 (Remessa) com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) e os processos que de outra forma deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P1.7 e P1.8 - Em todas as instâncias, os processos que receberam as movimentações 12067 ou 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 12066 (Cumprimento de Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento) ou 893 (Desarquivamento) ou que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P1.9 e P1.10 – Em todas as instâncias, os processos informados em P1.1, P1.7, P1.2 e P1.8 que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório).

CUMPRIMENTO

Meta 1 2021 - Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P1.1	Mensal	9460	55	52	36	35	76	34	64	44	46	46	59	10007
P1.2	Mensal	3	6	4	4	7	5	6	4	9	3	3	3	57
P1.3	Mensal	631	1321	1133	1048	1414	1282	1086	1178	813	542	716	567	11731
P1.4	Mensal	3	5	4	5	8	6	4	3	15	6	9	7	75
P1.5	Mensal	0	0	0	0	0	4	2	2	2	1	2	0	13
P1.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
P1.7	Mensal	29	0	9	20	14	4	2	1	1	1	0	0	81
P1.8	Mensal	0	1	1	2	0	0	2	0	2	0	0	0	8
P1.9	Mensal	87	6	4	119	350	145	91	12	10	1	2	1	828
P1.10	Mensal	0	0	1	0	2	0	3	0	3	0	3	1	13
Percentual de cumprimento:		6,74%	20,71%	32,52%	43,84%	60,76%	75,33%	87,81%	100,25%	108,85%	114,24%	121,57%	126,96%	126,96%

Percentual de cumprimento = $((\sum P1.3 + \sum P1.4) / (\sum P1.1 + \sum P1.2 + 1 - \sum P1.5 - \sum P1.6 + \sum P1.7 + \sum P1.8 - \sum P1.9 - \sum P1.10)) \times 100$

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.

O TRE-ES CUMPRIU a Meta 1/21

Meta 2 de 2021 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.
P2.1	Número total de casos de conhecimento não-criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única
P2.2	Número total de casos de conhecimento criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única
P2.4	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal
P2.5	Número total de casos de conhecimento criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal

P2.7	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal
P2.8	Número total de casos de conhecimento criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal
P2.10	Número total de casos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal
P2.11	Número total de casos de conhecimento criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal
P2.13	Número total de casos de conhecimento não-criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2020.	Única
P2.14	Número total de casos de conhecimento criminais distribuídos na instância no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> e não julgados no <u>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</u> que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2020.	Única

Obs.: As perguntas devem ser respondidas em separado para o 1º grau e para o 2º grau.

Instâncias	*Processos Distribuídos no Período de Referência	Julgar pelo menos
TREs (1º e 2º graus)	Até 31/12/2019	80%

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal.

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento da meta = $((\sum P2.10 + \sum P2.11 + P2.13 + P2.14) / (P2.1 + P2.2 + P2.13 + P2.14 + \sum P2.4 + \sum P2.5 - \sum P2.7 - \sum P2.8)) \times 1000/8$

Esclarecimento da Meta

A meta 2 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso(s)” e “processo(s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justica em Números.

Para efeitos desta meta, por julgamento deve ser entendida a primeira sentença/decisão contida nas variáveis “Sent” e “Dec”. Se houver mais de uma, contabilizar apenas a primeira.

Em caso de processo com sentença ou acórdão anulados em 2021, o respectivo quantitativo deverá ser informado nas perguntas P2.4 ou P2.5, passando a se enquadrar novamente nos critérios da meta. Quando ocorrer novo julgamento, o respectivo quantitativo deverá ser informado nas perguntas P2.10 ou P2.11.

Devem ser contabilizados apenas os julgamentos dos processos distribuídos na instância no período de referência.

Processos pendentes de julgamento em 31/12/2020 cujas classes processuais hajam sido extintas pelo novo Código de Processo Civil ou em virtude de qualquer outra alteração legislativa são contabilizadas na meta até a respectiva solução.

Não se incluem na meta os processos que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020 (movimentos contidos nas hierarquias 25 e 11025) ou que não se enquadrem nos critérios da meta, para efeito do cômputo do passivo inicial (perguntas P2.1, e P2.2, que exigem respostas únicas).

Aqueles que ingressarem em tal situação durante o ano de 2021 devem ser excluídos da meta por meio de sua contabilização nas perguntas P2.7 e P2.8. Cessada a situação de suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório (movimentos 12067, 12068, 11002, 12066 e 893), esses processos deverão voltar a compor o passivo da meta mediante sua inclusão nas perguntas P2.4 e P2.5.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P2.1 e P2.2 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020:

1º grau

- Os processos das classes da variável CnCCrim1 (Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais) que não receberam movimentos da variável SentCCrim1º (Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais)
- Os processos das classes da variável CnCNCrim1 (Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais) que não receberam movimentos da variável SentCNCrim1º (Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais)

2º grau

- Os processos das classes da variável CnOCrim2º (Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais) que não receberam movimentos da variável DecCrim2º (Decisões terminativas de processo no processo criminal no 2º Grau)

- Os processos das classes da variável CnONCrim2º (Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais) que não receberam movimentos da variável DecNCrim2º (Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau)
- Os processos das classes da variável CnRCrim2º (Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais) que não receberam movimentos da variável DecCrim2º (Decisões terminativas de processo no processo criminal no 2º Grau)
- Os processos das classes da variável CnRNCrim2º (Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais) que não receberam movimentos da variável DecNCrim2º (Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau)

P2.4 e P2.5 – Em todas as instâncias, os processos informados em P2.7 e P2.8 e os não informados em P2.1 e P2.2 (que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020) que receberam as movimentações 12067 ou 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 12066 (Cumprimento de Levantamento da Suspensão) ou 893 (Desarquivamento) e processos que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P2.7 e P2.8 – Em todas as instâncias, os processos informados em P2.1, P2.2, P2.4 e P2.5 que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório), as movimentações 982 ou 123 (Remessa) com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) ou que de outra forma deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P2.10 e P2.11 – Os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números. Se houver mais de uma Sentença/Decisão, contabilizar apenas a primeira.

1º grau

- SentCCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais
- SentCNCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais

2º grau

- DecCrim2º – Decisões terminativas de processo no processo criminal no 2º Grau
- DecNCrim2º – Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau

Observação: Para as classes processuais cujos movimentos de solução não estão contidos sob o código 193 (Julgamento) das tabelas processuais, devem-se utilizar os movimentos contidos nos ramos sob o código 3 (Decisão).

CUMPRIMENTO

Meta 2 2021 - Julgar processos mais antigos.

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P2.1	Único	2328	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2328
P2.2	Único	181	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	181
P2.4	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
P2.7	Mensal	0	0	4	1	0	2	0	4	0	0	0	1	12
P2.8	Mensal	0	0	1	1	2	2	4	11	7	17	3	3	51
P2.10	Mensal	2	1	3	7	9	10	4	9	3	0	3	7	58
P2.11	Mensal	0	0	1	2	1	4	2	3	5	1	1	3	23
P2.13	Único	98	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98
P2.14	Único	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Percentual de cumprimento:		4,98%	5,03%	5,23%	5,66%	6,15%	6,83%	7,13%	7,75%	8,16%	8,26%	8,46%	8,97%	8,97%

Percentual de cumprimento = $((\sum P2.10 + \sum P2.11 + P2.13 + P2.14) / (P2.1 + P2.2 + P2.13 + P2.14 + \sum P2.4 + \sum P2.5 - \sum P2.7 - \sum P2.8)) \times 1000/8$

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal.

O TRE-ES não cumpriu a Meta 2/2021

Meta 4 de 2021 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 90% dos processos referentes às eleições de 2018, e 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.
P4.1	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única
P4.2	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única
P4.3	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal

P4.4	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal
P4.5	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal
P4.6	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal
P4.7	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal
P4.8	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2018 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal
P4.9	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única

P4.10	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020.	Única
P4.11	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal
P4.12	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal
P4.13	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal
P4.14	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que saíram da meta por suspensão, sobrestamento, arquivamento provisório ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal
P4.15	Número total de casos de conhecimento em ações cíveis relacionadas a ilícitos eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal

P4.16	Número total de casos de conhecimento em ações penais relacionadas a crimes eleitorais nas Eleições 2020 distribuídos na instância até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2020 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal
-------	--	--------

***PERÍODO DE REFERÊNCIA: Processos distribuídos até 31/12/2020**

Obs.: As perguntas deverão ser respondidas para o 1º e 2º Grau.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%no tribunal.

Observação: caso o tribunal não possua processos que se enquadrem na meta, esta seráconsiderada como cumprida.

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento – Eleições 2018 = $(\sum P4.7 + \sum P4.8) / (P4.1 + P4.2 + \sum P4.3 + \sum P4.4 - \sum P4.5 - \sum P4.6) \times 1000/9$

Percentual de cumprimento – Eleições 2020 = $(\sum P4.15 + \sum P4.16) / (P4.9 + P4.10 + \sum P4.11 + \sum P4.12 - \sum P4.13 - \sum P4.14) \times 1000/5$

Esclarecimento da Meta

A meta 4 será monitorada com base em definições e parametrizações de acordo com a Resolução CNJ nº 76/2009, considerando-se os casos pendentes de julgamento a partir dos Casos Pendentes de Baixa, e levando-se em conta as observações a seguir.

As expressões “caso(s)” e “processo(s)” são sinônimas, conforme a terminologia utilizada no Justiça em Números.

Entram na meta apenas os processos de candidatos eleitos que podem acarretar a perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Para efeitos desta meta, por julgamento deve ser entendida a primeira sentença/decisão contida nas variáveis “Sent” e “Dec”. Se houver mais de uma, contabilizar apenas a primeira.

Em caso de processo com sentença ou acórdão anulados em 2021, o respectivo quantitativo deverá ser informado nas perguntas P4.3 ou P4.4 e P4.11 e P4.12, passando a se enquadrar novamente nos critérios da meta. Quando ocorrer novo julgamento, o respectivo quantitativo deverá ser informado nas perguntas P4.7 ou P4.8 ou P4.15 ou P4.16.

Devem ser contabilizados apenas os julgamentos dos processos distribuídos na instância no período de referência.

Processos pendentes de julgamento em 31/12/2020 cujas classes processuais hajam sido extintas pelo novo Código de Processo Civil ou em virtude de qualquer outra alteração legislativa são contabilizadas na meta até a respectiva solução.

Não se incluem na meta os processos que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020 (movimentos contidos nas hierarquias 25 e 11025) ou que não se enquadrem nos critérios da meta, para efeito do cômputo do passivo inicial (perguntas P4.1 e P4.2 e P4.9 e P4.10, que exigem respostas únicas).

Aqueles que ingressarem em tal situação durante o ano de 2021 devem ser excluídos da meta por meio de sua contabilização nas perguntas P4.5 e P4.6 e P4.13 e P4.14. Cessada a situação de suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório (movimentos 12067, 12068, 11002, 12066 e 893), esses processos deverão voltar a compor o passivo da meta mediante sua inclusão nas perguntas P4.3 e P4.4 e P4.11 e P4.12.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

P4.1, P4.2, P4.9 e P4.10 – os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números, excluídos os que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020:

1º grau

- Os processos das classes contidas na tabela do Anexo 1 que não receberam movimentos da variável SentCCrim1º (Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais) e que contenha um ou mais dos assuntos contidos na tabela do anexo 1.
- Os processos das classes contidas na tabela do Anexo 1 que não receberam movimentos da variável SentCNCrim1º (Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais) e que contenha um ou mais dos assuntos contidos na tabela do anexo 1.

2º grau

- Os processos das classes contidas na tabela do Anexo 1 que não receberam movimentos da variável DecCrim2º (Decisões terminativas de processo no processo criminal no 2º Grau)
- Os processos das classes contidas na tabela do Anexo 1 que não receberam movimentos da variável DecNCrim2º (Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau)

P4.3 e P4.4 – Em todas as instâncias, os processos informados em P4.5 e P4.6 e os não informados em P4.1 e P4.2 (que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020), que receberam as movimentações 12067, 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 12066 (Cumprimento de Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento) ou 893 (Desarquivamento), ou que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P4.11 e P4.12 – Em todas as instâncias, os processos informados em P4.13 e P4.14 e os não informados em P4.9 e P4.10 (que se encontravam suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório em 31/12/2020), que receberam as movimentações 12067, 12068 (Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento), 11002 (Revogação da Suspensão do Processo), 12066 (Cumprimento de Levantamento da Suspensão ou Dessobrestamento) ou 893 (Desarquivamento), ou que de outra forma passaram a se enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária não se enquadrava na meta e 11373 (anulação de sentença/acórdão).

P4.5 e P4.6 - Em todas as instâncias, os processos informados em P4.1, P4.2, P4.3 e P4.4 que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório), as movimentações 982 ou 123 (Remessa) com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) ou que de outra forma deixaram de enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P4.13 e P4.14 - Em todas as instâncias, os processos informados em P4.9, P4.10, P4.11 e P4.12 que receberam as movimentações das hierarquias 11025 (Suspensão ou Sobrestamento), 25 (Suspensão ou Sobrestamento) - inclusive o movimento 898 - ou 245 (Arquivamento provisório), as movimentações 982 ou 123 (Remessa) com os complementos 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente), 194 (na instância superior) e 38 (em grau de recurso) ou que de outra forma deixaram de enquadrar nos critérios da meta, por exemplo, a ocorrência da movimentação 10966 (mudança de classe processual) em processo cuja classe originária se enquadrava na meta.

P4.7 e P4.8 e P4.15 e P4.16 - os processos físicos e eletrônicos compreendidos no período de referência da meta para cada instância e contidos nas seguintes variáveis do Justiça em Números. Se houver mais de uma Sentença/Decisão, contabilizar apenas a primeira.

1º grau

- SentCCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais
- SentCNCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais

2º grau

- DecCrim2º – Decisões terminativas de processo no processo criminal no 2º Grau
- DecNCrim2º – Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau

Observação: Para as classes processuais cujos movimentos de solução não estão contidos sob o código 193 (Julgamento) das tabelas processuais, devem-se utilizar os movimentos contidos nos ramos sob o código 3 (Decisão).

CUMPRIMENTO

Meta 4 2021 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 90% dos processos referentes às eleições de 2018, e 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P4.1	Único	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
P4.2	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.3	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.4	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.7	Mensal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
P4.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.9	Único	72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	72
P4.10	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.11	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.12	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.13	Mensal	1	2	3	0	0	1	0	1	7	0	0	1	16
P4.14	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.15	Mensal	4	9	1	4	7	1	0	4	6	3	4	5	48

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P4.16	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**Percentual de
cumprimento -
Eleições 2018:**

0,00% 0,00% 0,00% 0,00% 0,00% 55,56% 55,56% 55,56% 55,56% 55,56% 55,56% 55,56% 55,56%

**Percentual de
cumprimento -
Eleições 2020:**

11,27% 37,68% 42,42% 54,55% 75,76% 80,00% 80,00% 93,75% 126,32% 136,84% 150,88% 171,43% 171,43%

Percentual de cumprimento - Eleições 2018 = $(\sum P4.7 + \sum P4.8) / (P4.1 + P4.2 + \sum P4.3 + \sum P4.4 - \sum P4.5 - \sum P4.6) \times 1000 / 9$

Percentual de cumprimento - Eleições 2020 = $(\sum P4.15 + \sum P4.16) / (P4.9 + P4.10 + \sum P4.11 + \sum P4.12 - \sum P4.13 - \sum P4.14) \times 1000 / 5$

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% no tribunal.

O TRE-ES **CUMPRIU** a meta 4/2021

Meta 9 de 2021 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.
P9.1	Número do ODS escolhido pelo o tribunal.	Única
P9.2	Número na TPU de um dos três assuntos mais demandados no tribunal correlacionado ao ODS escolhido.	Única
P9.3	O tribunal elaborou plano de ação?	Trimestral
P9.4	O tribunal enviou o plano de ação ao CNJ?	Trimestral
P9.5	Percentual de execução da ação planejada.	Trimestral

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, até o final do ano, o tribunal elaborar e encaminhar o plano de ação para um dos 3 assuntos mais demandados correlacionado ao ODS (50% da meta) e executá-lo (50% da meta).

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento da meta = $(P9.3 \times 25 + P9.4 \times 25 + (P9.5/100) \times 50)$ Onde:

- P9.3 e P9.4 assumem valores de 0 (Não) ou 1 (Sim);
- P9.5 assume valores de 0 a 100 de acordo com o percentual de execução da ação;
- As perguntas P9.1 e P9.2 não serão vinculadas à fórmula da meta, apenas para identificação do ODS e assunto correlacionado.

Esclarecimento da Meta

A Agenda 2030 adotada pelos 193 Estados-Membros, inclusive o Brasil, é coordenada pelas Nações Unidas e articulada pelo PNUD. Tem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 231 indicadores globais. Mais informações podem ser acessadas por meio do link a seguir: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Para fins dessa meta, o tribunal deverá escolher um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Após a escolha do ODS, verificar na tabela em anexo “ANEXO: Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário” quais são os três assuntos mais demandados (acervo até 31/12/2020) no tribunal e escolher entre um deles. Em seguida, o tribunal deverá elaborar um plano de ação voltado à prevenção ou desjudicialização do grupo de demandas escolhido e realizá-lo. O tribunal poderá utilizar modelo de plano de ação disponibilizado pelo CNJ, baseado no método 5W2H, contendo as seguintes informações:

5W:

- (What) o que será feito – Nome da Ação;
- (Why) por que será feito - Objetivos;
- (Where) onde será feito – unidade judiciária, departamento;
- (When) quando será feito - cronograma;
- (Who) por quem será feito – responsável;

2H:

- (How) Como será feito – metodologia, maneira que pretende alcançar os objetivos;
- (How much) Quanto vai custar – Recursos – custos e quantidade.

Entende-se por “desjudicialização” a ação voltada à resolução de conflitos, em sua gênese, promovendo pacificação social apta a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Desjudicializar significa reverter a judicialização excessiva a partir da prevenção, localizando a origem do problema e encontrando soluções pacíficas por meio de técnicas de conciliação ou mediação com atores do sistema de justiça, sem que cause impacto no acesso à justiça. A palavra desjudicialização tem natureza qualitativa e não quantitativa.

O propósito é o de reverter a judicialização excessiva, não necessariamente reduzir a quantidade do acervo de processos em juízo, mediante a sua extinção ou não ajuizamento, mas identificar por meio de base de dados e pesquisa de microdados a gênese do problema e atuar na prevenção da fonte de litígios por meio da solução pacífica de conflitos, de forma inovadora, por meio do diálogo e da construção de um novo fluxo de processo, produto ou serviço, com metas e indicadores de resultado ou impacto positivos em relação aos ODS da Agenda 2030.

*O prefixo des que precede a palavra judicialização tem sido descrito na literatura linguística como um prefixo polissêmico – apresenta tanto um significado de negação quanto de reversão dos itens lexicais a que se adjunge.

Exemplo: ODS 3 (Saúde) – Fornecimento de medicamentos – identificar os processos, o nome dos medicamentos mais judicializados e realizar plano de ação com foco a partir do medicamento mais demandado.

Para aferição da pergunta P9.4, o plano de ação deverá ser enviado ao CNJ através do e-mail meta9ods@cnpjus.br.

ANO 2021				
Tribunal	Questionamentos	Resultado		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	P1 - O Tribunal possui Plano Específico que vise à promoção de ações relacionadas à meta?	Sim	Sim	Sim
	P2 - O tribunal executou 70% das ações planejadas para 2021, às quais se refere a pergunta P1?	Não	Sim	Sim

	P3 - O Tribunal promoveu ações de aproximação com a sociedade nas redes sociais?	Sim	Sim	Sim
	P4 - O Tribunal promoveu ações de esclarecimento sobre a segurança da urna eletrônica e do processo eleitoral?	Não	Sim	Sim
	P5 - O Tribunal promoveu ações para esclarecer ao eleitor sobre o efeito do voto nulo, branco e abstenção na eleição?	Não	Não	Sim
	P6 - As ações realizadas atingiram, pelo menos, 0,5% do eleitorado do estado?	Não	Sim	Sim
	Indicador de Cumprimento	20%	80%	100%

O TRE-ES **CUMPRIU** a Meta 9/21

Meta 10 de 2021 – Saúde de magistrados e servidores

Realizar exames periódicos de saúde em 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Questionário

Id.	Pergunta	Per.
P10.4	Quantidade de servidores ativos no Tribunal.	Trimestral
P10.5	Quantidade de servidores informados em P10.4 que realizaram exame periódico de saúde no ano de 2021.	Trimestral
P10.6	Quantidade de servidores informados em P10.4 que tomaram posse no ano de 2021.	Trimestral
P10.7	O tribunal promoveu, no ano de 2021, pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.	Trimestral

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de servidores que realizaram exame periódico de saúde for igual ou superior a 25%, e se o tribunal houver promovido em 2021 pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de

uma das cinco maiores causasde absenteísmos do ano anterior.

Fórmula de cálculo

$$\text{Percentual de cumprimento da meta para servidores} = \frac{P10.5}{(P10.4 - P10.6)} * \left(\frac{1000}{2,5} \right)$$

Percentual de cumprimento da meta para a realização da ação = P10.7 * 100, Onde "Sim"=1 e "Não" =0.

Esclarecimento da Meta

Para efeitos da meta, não é obrigatório que o tribunal arque diretamente com os custos dos exames periódicos de saúde nem que estes sejam realizados na unidade de saúde do tribunal, sendo válidos os exames realizados externamente, mas apresentados à unidade de saúde dotribunal.

Para o cumprimento da meta, o tribunal deverá promover e estimular a realização de exames periódicos de saúde pelos respectivos servidores, através da sensibilização de servidores sobre a importância da preservação da saúde nos âmbitos individual e coletivo.

Também é requisito para o cumprimento da meta o desenvolvimento de pelo menos uma ação destinada a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior.

Para a implantação e execução desta meta observar-se-á a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 207, de 15 de outubro de 2015. Os tribunais poderão

adotar como referência para a realização de exames periódicos de saúde o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que regulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

As ações destinadas ao cumprimento da meta em relação à redução da incidência de casos de doenças ou de causas de absenteísmo poderão contemplar as ações de educação para a saúde, conforme inciso VIII, artigo 4º, da Resolução CNJ nº 207/2015.

Os exames periódicos de saúde deverão contemplar pelo menos avaliação clínica, com a aplicação pelos profissionais de saúde do princípio da integralidade, anamnese e exame físico, averiguação de hábitos de vida como atividade física ou sedentarismo (índice de massa corpórea), uso de tabaco e álcool, medicamentos de uso contínuo e qualidade do sono (insônia, sonolência diurna, etc.).

Para efeitos desta meta, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão.

Regras de Lançamento no Sistema de Metas

Na pergunta P10.4 devem ser informados, todos os servidores que atuam no tribunal, seja em atividades relacionadas à tramitação processual, seja em atividades administrativas não relacionadas diretamente com a tramitação processual, ao final do último mês do trimestre.

Para efeitos de cumprimento da meta, será considerado o último quantitativo lançado em cada pergunta.

Para a pergunta P10.7, o tribunal deverá responder “Sim” ou “Não” em cada trimestre considerando o ano todo de 2021. Para efeitos de cumprimento da meta, será considerada a última resposta lançada.

Anexo 1

Tabelas de classes processuais cíveis, criminais e do processo eleitoral aplicáveis à Meta 4

1º grau

Código	Classe
11528	Ação penal eleitoral
120	Mandado de segurança cível
11525	Processos Cíveis-Eleitorais
11541	Representação
183	Cautelar inominada

2º grau

Código	Classe
11528	Ação penal eleitoral
319	Exceção de incompetência de juízo
318	Exceção de suspeição
284	Processo especial
12122	Reclamação criminal
11552	Pedido de desaforamento
1343	Recurso criminal
1344	Recurso em habeas corpus
11548	Recurso eleitoral
428	Revisão criminal
12394	Revisão criminal
244	Reclamação

12375	Reclamação
11541	Representação
144	Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
221	Conflito de competência Cível
183	Cautelar inominada
120	Mandado de segurança cível
11555	Suspensão de Liminar e de Sentença
11556	Suspensão de Segurança Cível
11525	Processos Cíveis-Eleitorais
1346	Recurso em Mandado de Injunção
1347	Recurso em Mandado de Segurança
11548	Recurso Eleitoral
47	Ação rescisória
11533	Recurso contra Expedição de Diploma

Tabela de assuntos aplicáveis à meta 4 – Justiça Eleitoral

Administração da Justiça Eleitoral	11557
Garantia de Autoridade de Decisão do Tribunal	11561
Improbidade Administrativa	11559
Crimes Eleitorais	11429
Crimes contra a Fé Pública Eleitoral	11467
Crimes contra a Organização Administrativa da Justiça Eleitoral	11430
Crimes contra a Propaganda Eleitoral	11482
Crimes contra o Serviço da Justiça Eleitoral	11437
Crimes contra o Sigilo ou o Exercício do Voto	11497
Crimes contra os Partidos Políticos	11517
Inelegibilidade	11595

Inelegibilidade - Abuso do Poder Econômico ou Político	11596
Inelegibilidade - Aposentadoria Compulsória ou PAD (magistrados e membros do MP)	12395
Inelegibilidade - Condenação Criminal por órgão colegiado ou Transitada em Julgado	11598
Inelegibilidade - Declaração de Indignidade ou de Incompatibilidade com o Oficialato	11599
Inelegibilidade - Demissão do serviço público	12396
Inelegibilidade - Exclusão do exercício de profissão	12393
Inelegibilidade - Rejeição de Contas Públicas	11604
Inelegibilidade - Renúncia a cargo político na pendência de representação ou petição que possa levar a outra causa de inelegibilidade	12392
Inelegibilidade - Representação ou Ação de Investigação Judicial Eleitoral Jugada Procedente pela Justiça Eleitoral	11605
Inelegibilidade - Vida Pgressa	11607
Impugnação de mandato eletivo	10803
Transgressões Eleitorais	11716

ANEXO 2

Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

ODS	Código Assuntos	Assuntos
1	11848	Alimentação
	11847	Assistência Social
	11846	Moradia
	10138	Controle de Preços
	11873	Política Fundiária e da Reforma Agrária
	11412	Conflito Fundiário Coletivo Rural
	11413	Conflito Fundiário Coletivo Urbano
	10487	Habitação
	10500	Usucapião da L 6.969/1981
	10457	Usucapião Especial (Constitucional)
	10460	Usucapião Especial Coletiva
	4839	Sistema Financeiro da Habitação (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9757	Abandono Material
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)

	12010	Da lei de planejamento familiar
	9965	Abandono Material
	9975	Adoção de Adolescente
	9974	Adoção de Criança
	9972	Adoção Internacional
	9973	Adoção Nacional
	12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
	9970	Pobreza
	11414	Crime/contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo
	3474	Abandono Material
	12008	Crimes da lei do planejamento familiar

	3391	Abandono de Incapaz
	10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido
	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
2	10002	Comercialização sem Restrições de Gêneros Alimentícios
	10145	PROAGRO
	10137	Política de Preço Mínimo
	10116	Agrotóxicos
	10115	Transgênicos
	11841	Política Agrícola
	10060	Merenda
	10721	Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA
	9583	Arrendamento Rural
	10501	Crédito Rural
	4794	Parceria Agrícola e/ou Pecuária
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
	11848	Alimentação
	10500	Usucapião da L 6.969/1981
	9757	Abandono Material
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)

12010	Da lei de planejamento familiar
9965	Abandono Material
9975	Adoção de Adolescente
9974	Adoção de Criança
9972	Adoção Internacional
9973	Adoção Nacional
12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
11821	Conselhos Tutelares
11820	Entidades de Atendimento
9969	Exploração do Trabalho Infantil
11981	Exploração Sexual
12007	Exploração Sexual ou Prostituição
12002	Acolhimento Institucional
12004	Colocação em Família Substituta
11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
11999	Inclusão em programa de auxílio à família
3474	Abandono Material
12008	Crimes da lei do planejamento familiar
3391	Abandono de Incapaz
10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido

	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3	10016	Inspeção Fitossanitária
	10018	Inspeção Sanitária de Origem Animal
	10019	Segurança e Medicina do Trabalho
	10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
	10376	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física
	10378	Exame Piscotécnico/Psquiátrico
	11803	Conselhos
	11833	Conselho da Comunidade
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	10397	Sanitária
	10400	Segurança e/ou Medicina do Trabalho
	10335	Serviço Militar dos Profissionais da Saúde
	10356	Assistência Médico-Hospitalar
	10503	Erro Médico
	10047	Residência Médica
	10072	Sistema Nacional do Desporto
	10270	Amamentação
	10262	Doença em Pessoa da Família
	10264	Gestante/Adotante/Paternidade
	10275	Licença por Acidente em Serviço

	10263	Tratamento da Própria Saúde
	10244	Assistência à Saúde
	10246	Auxílio-Natalidade
	9791	Charlatanismo (art. 283)
	9793	Curandeirismo (art. 284)
	11971	Difusão culposa de doença ou praga
	9780	Difusão de doença ou praga (art. 259)
	9787	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
	9794	Envenenamento de Água Potável/Substável Alimentícia ou Medicina (art. 270)
	9786	Epidemia (art. 267)
	9790	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica (art. 282)
	9789	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais
	9795	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
	9796	Infração de Medida Sanitária Preventiva (art. 268)
	9788	Invólucro ou Receptáculo com Falsa Indicação (art. 275)
	9802	Medicamento em Desacordo com Receita Médica
	9797	Omissão de Notificação de Doença (art. 269)
	9798	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública (art. 278)
	9799	Substância Destinada à Falsificação (art. 277)

11965	Uso culposo de gás tóxico ou asfixiante
9776	Uso de gás tóxico ou asfixiante
9801	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
9652	Omissão de Socorro (art. 135)
9649	Perigo de Contágio de Moléstia Grave
9654	Perigo de Contágio Venéreo
9650	Perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132)
9883	Atividades Nucleares (lei 6.453/77)
9881	Da Poluição
9886	Genética (Lei nº 8.974/95)
9900	Da lei de remoção de órgãos e tecidos
9858	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
12001	Inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento a alcólatras e toxicômanos
12000	Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial
9971	Uso ou Tráfico de Drogas
7775	Serviços Hospitalares
3510	Charlatanismo
3512	Curandeirismo

	11958	Difusão culposa de doença ou praga
	3498	Difusão de doença ou praga
	3506	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
	3513	Envenenamento de Água Potável/Substável Alimentícia ou Medicina
	3505	Epidemia
	3509	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica
	3508	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais
	3514	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
	3515	Infração de Medida Sanitária Preventiva
	3507	Invólucro ou Receptáculo com Falsa Indicação
	5867	Medicamento em Desacordo com Receita Médica
	3516	Omissão de Notificação de Doença
	3517	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública
	3519	Substância Destinada à Falsificação
	11966	Uso culposos de gás tóxico ou asfixiante
	3494	Uso de gás tóxico ou asfixiante
	5866	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
	3623	Atividades Nucleares
	10516	Clonagem Humana
	3621	Da Poluição

	3626	Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)
	10515	Prática de engenharia genética em célula germinal, zigoto ou embrião humanos
	10514	Utilização de Embrião Humano em Desacordo com a Legislação
	3643	Crimes da lei de remoção de órgãos e tecidos
	3607	Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
	3392	Omissão de Socorro
	3389	Perigo de Contágio de Moléstia Grave
	5911	Perigo de Contágio Venéreo
	3390	Perigo para a vida ou saúde de outrem
	11229	Periclitamento da Vida ou da Saúde (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar

	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
	3391	Abandono de Incapaz
	12480	Direito da Saúde (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido
4	10377	Curso de Formação
	10327	Curso de Formação
	10051	Ensino Fundamental e Médio
	10062	Educação Pré-Escolar
	10063	Educação Profissionalizante
	10058	Ensino Especial
	10055	Exame Nacional de Ensino Médio/ENEM
	10059	Exame Supletivo
	10054	Material Didático
	10053	Matrícula
	10052	Mensalidade
	10056	Penalidades Disciplinares
	10057	Transferência
	10061	Transporte
	10029	Ensino Superior
	10032	Colaço de Grau
	10037	Colisão de Horário

10043	Criação e/ou Autorização para Funcionamento de Curso Superior
10040	Currículo Escolar
10045	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso
10033	Exigência de Estágio Profissionalizante
10046	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa
10031	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisaa
10035	Frequencia às Aulas
10041	Ingresso no Curso Superior
10042	Jubilamento de Aluni
10030	Matrícula
10039	Mensalidades
10044	Omissão de Entrega de Notas
10036	Penalidades Disciplinares
10050	Pós-Graduação
10048	Provão - Avaliação da Educação Superior
10049	Sistema de Cotas - Lei 10.558/2002
10034	Transferência de Estudante
10038	Vestibular
10696	Professor
10260	Licença Capacitação (Aperfeiçoamento Profissional)
10245	Assistência Pré-Escolar

	10711	Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE
	10712	Gratificação por Trabalho Educacional - GTE
	10724	Gratificação de Incentivo à Docência - GID
	11858	Recebimento de Bolsa de Estudos
	9758	Abandono Intelectual
	9966	Abandono Intelectual
	12006	Evasão Escolar
	11998	Matrícula e frequência obrigatória em escola oficial de ensino fundamental
	7620	Estabelecimentos de Ensino
	3475	Abandono Intelectual
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	10060	Merenda
	10047	Residência Médica
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar

	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
	3391	Abandono de Incapaz
5	10336	Corpo Feminino
	12358	Feminicídio
	12196	Contra a Mulher
	11979	Violência Doméstica contra a Mulher
	10918	Aborto provocado por terceiro
	10919	Aborto Qualificado
	12091	Feminicídio
	12194	Contra a Mulher
	10949	Violência Doméstica contra a Mulher
6	11828	Área de Preservação Permanente
	10119	Gestão de Florestas Públicas
	11824	Recursos Hídricos
	11862	Saneamento
	10118	Unidade de Conservação da Natureza
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	10085	Água e/ou Esgoto
	10086	Recolhimento e Tratamento de Lixo
	9792	Corrupção ou Poluição de Água Potável (art. 271)

	7761	Fornecimento de Água
	3511	Corrupção ou Poluição de Água Potável
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
7	10075	Energia Elétrica
	10074	Fornecimento de Gás
	7760	Fornecimento de Energia Elétrica
	9883	Atividades Nucleares (lei 6.453/77)
	9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
	3623	Atividades Nucleares
	3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
8	10017	Exportação/Vedações
	10001	Comercialização sem Restrições de Produtos Industrializados
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	10006	Funcionamento de Estabelecimentos Empresariais
	10005	Registro de Empresa
	10021	Registro de Marcas, Patentes e Invenções
	10027	Registro de Programa de Computador
	10020	Registro de Trabalho Portuário/Órgão de Gestão de Mão-de-Obra
	10371	Reserva de Vagas para Deficientes
	10146	Proteção à Livre Concorrência

	10149	Acordo de Exclusividade
	10151	Atos de Concentração
	10150	Cartel
	10148	Preços Predatórios
	10862	Proibição de Privilégio Fiscal às Empresas Públicas
	10147	Venda Casada
	10359	Pensão
	10360	Concessão
	10362	Provisória
	10361	Restabelecimento
	10363	Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância
	10364	Advertência/Repreensão
	10365	Impedimento/Detenção/Prisão
	10366	Licenciamento/Exclusão
	10512	Responsabilidade Civil do Militar - Indenização ao Erário
	10367	Suspensão
	10342	Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão
	10347	Índice da URP abril e maio/1988 DL 2.425/1988
	10344	Índice da URV Lei 8.880/1994
	10343	Índice de 28,86% LL 8.622/1993 e 8.627/1993
	10346	Índice de 84,32% IPC março/1990

	10345	Índice do IPC junho/1987
	10325	Regime
	10331	Adidos, Agregados e Adjuntos
	10329	Estabilidade
	10326	Ingresso e Concurso
	10334	Promoção
	10910	Transferência de Unidade
	10337	Sistema Remuneratório e Benefícios
	10351	Agregação
	10596	Auxílio-Invalidez
	10339	Férias
	10338	Gratificações e Adicionais
	10591	Inclusão de Dependente
	10340	Indenizações Regulares
	10341	Isonomia
	10733	Extensão de Vantagem aos Inativos
	10357	Licença Prêmio
	10350	Licenças
	10358	Licenciamento
	10349	Reforma
	10593	Remuneração Mínima

	10352	Reserva Remunerada
	10354	Tempo de Serviço
	10353	Transferência ex-officio para reserva
	10355	Transferência para reserva
	11837	Comércio Ambulante
	10158	FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
	10159	Atualização de Conta
	10572	Termo de Adesão da LC 110/2001
	10161	Juros Progressivos
	10160	Liberação de Conta
	10162	Localização de Contas
	10163	PIS/PASEP
	10164	Atualização de Conta
	10165	Liberação de Conta
	10181	Seguro Desemprego
	10403	Organização Sindical
	10404	Contribuição Sindical
	10407	Dilação e Extensão de Base Territorial
	10405	Eleições Sindicais
	10408	Filiação
	10406	Registro Sindical

10254	Aposentadoria
10256	Compulsória
10878	Especial
10255	Invalidez Permanente
10257	Voluntária
10695	Categorias Especiais de Servidor Público
10854	Auditores Fiscais
10877	Policiais Civis
10697	Procuradores de Órgãos/Entidades Públicos
10698	Serventuários da Justiça
10287	Jornada de Trabalho
10258	Licenças/Afastamentos
10273	Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro
10272	Alistamento/Serviço Eleitoral
10267	Casamento
10259	Dirigente Sindical
10271	Doação de Sangue
10274	Exercício em Outro Município
10274	Exercício em Outro Município
10265	Interesse Particular
10261	Licença-Prêmio

	10700	Contagem em Dobro
	10701	Pagamento em Pecúnia
	10269	Luto
	10266	Serviço Militar
	10279	Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância
	10271	Advertência
	12589	Apuração de Irregularidade no Serviço Público
	10280	Demissão/Exoneração
	10283	Responsabilidade Civil do Servidor Público/Indenização ao Erário
	10282	Suspensão
	10286	Programa de Desligamento Voluntário (PDV)
	10313	Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão
	10946	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso
	10314	Índice da URV fev/1989
	10318	Índice da URV Lei 8.880/1994
	10703	Índice de 11,98%
	10702	Índice de 3,17%
	10321	Índice de 10,87% Lei 10.192/2001
	10317	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993
	10316	Índice de 45% Lei 8.237/1991
	10322	Índice de 47,94% Lei 8.676/1993

	10315	Índice de 84,32% março/1990
	10320	Índice do IPC junho/1987
	10319	Reajuste da Lei 8.270/1991
	10220	Regime Estatutário
	10225	Acumulação de Cargos
	10231	Anistia Administrativa
	11936	Cessão
	11937	Desvio de Função
	10227	Direito de Greve
	10234	Disponibilidade/Aproveitamento
	10223	Enquadramento
	10222	Estabilidade
	10238	Estágio Probatório
	10241	Exoneração
	10235	Lotação
	10881	Nepotismo
	10239	Nomeação
	10693	Cargo em Comissão
	10240	Posse e Exercício
	10236	Promoção/Ascensão
	11938	Provimento de Cargos

10237	Readaptação
10224	Recondução
10233	Redistribuição
10230	Regime Previdenciário
10226	Reintegração
10229	Remoção
10232	Reversão
10228	Transferência
10288	Sistema Remuneratório e Benefícios
10662	Abono de Permanência
10294	Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
10638	Acumulação de Proventos
10730	Adicional de Desempenho
10293	Adicional de Fronteira
10303	Adicional de Horas Extras
10291	Adicional de Insalubridade
10875	Base de Cálculo
10292	Adicional de Periculosidade
10309	Adicional de Produtividade

	10308	Adicional de Serviço Noturno
	10731	Adicional de Sexta-Parte
	10302	Adicional por Tempo de Serviço
	10893	Base de Cálculo
	10304	Auxílio-Alimentação
	10248	Auxílio-Funeral
	10247	Auxílio-Reclusão
	10306	Auxílio-Transporte
	10243	Complementação de Benefício/Ferrovário
	10300	Data Base
	10296	Descontos Indevidos
	10298	Diárias e Outras Indenizações
	10301	Férias
	10883	Fruição/Gozo
	10884	Indenização/Terço Constitucional
	10290	Gratificação de Incentivo
	10295	Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI
	10310	Gratificação Natalina/13º Salário
	10289	Gratificações da Lei 8.112/1990
	10305	Gratificações de Atividade

	10667	Gratificações Estaduais Específicas
	10710	Adicional de Etapa Alimentar
	10715	Gratificação Complementar de Vencimento
	10707	Gratificação de Encargos Especiais - GEE
	10708	Gratificação de Estímulo à Produção Individual - GEPI
	10713	Gratificação de Suporte Administrativo - GASA
	10709	Gratificação Estadual - AM
	10714	Gratificação-Prêmio
	10706	Gratificações Municipais Específicas
	10718	Gratificações por Atividades Específicas
	10723	Gratificação de Atividade - GATA
	10858	Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT
	10857	Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST
	10722	Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ
	10719	Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativa - GDATA
	10720	Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária - GDAT
	10729	Gratificação de Desempenho de Função - GADF
	10727	Gratificação de Inatividade
	10725	Gratificação de Produção Suplmentar - GDS

	10726	Gratificação Eleitoral
	10728	Gratificação Extraordinária - GE
	10323	Inclusão de Dependente
	10311	Irredutibilidade de Vencimentos
	10221	Isonomia/Equivalência Salarial
	10699	Extensão de Vantagem aos Inativos
	10312	Piso Salarial
	10299	Plano de Classificação de Cargos
	10307	Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art.; 37, CF 1988)
	10249	Salário-Família
	10497	Subsídios
	10705	Subteto Salarial
	10297	Teto Salarial
	10276	Tempo de Serviço
	10277	Averbação/Contagem de Tempo Especial
	10278	Averbação/Contagem Recíproca
	9617	Espécies de Sociedade
	9623	Anônima
	9626	Coligadas
	9624	Comandita por Ações
	9621	Comandita Simples

9618	Conta de Participação
9625	Cooperativa
9627	Dependente de Autorização
9984	Em Comum/De Fato
9629	Estrangeira
9622	Limitada
9620	Nome Coletivo
9619	Simples
5009	Mercado de Capitais
5010	Bolsa de Valores
9558	Administração Judicial
4994	Recuperação Extrajudicial
9539	Alteração de Capital
9537	Cisão
9533	Coligação
4934	Constituição
9536	Fusão
9535	Incorporação
9608	Franquia
9596	Prestação de Serviços
4813	Representação Comercial

	9663	Redução a condição análoga à de escravo (art. 149)
	9722	Contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9876	Contra as Relações de Consumo
	12018	Da Lei que Príbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas
	12016	Da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
	12012	Sobre Produção. Comércio e Transporte Clandestino de Açúcar e Alcool
	9979	Trabalho do Adolescente
	7752	Bancários (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11808	Capitalização e Previdência Privada
	7772	Cartão de Crédito
	7619	Consórcio
	7773	Financiamento de Produto
	7618	Turismo
	864	Direito do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	6201	Trabalhador Migrante ou Fronteiriço do Mercosul
	6217	Funcionamento de Empresa Estrangeira
	3404	Redução a condição análoga à de escravo
	3445	Crimes contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12015	Crime da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
	3616	Crimes contra as Relações de Consumo

	12017	Crimes da Lei que Proíbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas
	12011	Crimes sobre Produção, Comércio e Transporte Clandestino de Açúcar e Alcool
	10019	Segurança e Medicina do Trabalho
	10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
	10002	Comercialização sem Restrições de Gêneros Alimentícios
	11803	Conselhos
	11833	Conselho da Comunidade
	10400	Segurança e/ou Medicina do Trabalho
	10336	Corpo Feminino
	10356	Assistência Médico-Hospitalar
	10696	Professor
	10270	Amamentação
	10262	Doença em Pessoa da Família
	10264	Gestante/Adotante/Paternidade
	10260	Licença Capacitação (Aperfeiçoamento Profissional)
	10275	Licença por Acidente em Serviço
	10263	Tratamento da Própria Saúde
	10244	Assistência à Saúde
	10245	Assistência Pré-Escolar
	10246	Auxílio-Natalidade

	10711	Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE
	10712	Gratificação por Trabalho Educacional - GTE
	10721	Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA
	10724	Gratificação de Incentivo à Docência - GID
	11858	Recebimento de Bolsa de Estudos
	10457	Usucapião Especial (Constitucional)
	10460	Usucapião Especial Coletiva
	9583	Arrendamento Rural
	10501	Crédito Rural
	4794	Parceria Agrícola e/ou Pecuária
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	10500	Usucapião da L 6.969/1981
	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
9	10106	Recursos Minerais
	11822	Mineração
	10178	Cooperativas de Crédito
	10080	Telefonia

	10077	Transporte Aéreo - Aeroporto
	10081	Transporte Aquaviário
	10076	Transporte Terrestre
	4670	Desenho Industrial
	4680	Marca
	4660	Patente
	10499	Programa de Computador
	9848	Contra a Propriedade Industrial (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12020	Da lei de Proteção à Propriedade Intelectual de Programa de Computador
	3438	Crimes contra a Propriedade Industrial (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12019	Crimes da lei de Proteção à Propriedade Intelectual de Programa de Computador
	10017	Exportação/Vedações
	10001	Comercialização sem Restrições de Produtos Industrializados
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	10146	Proteção à Livre Concorrência
	10149	Acordo de Exclusividade
	10151	Atos de Concentração
	10150	Cartel
	10148	Preços Predatórios
	10862	Proibição de Privilégio Fiscal às Empresas Públicas

	10147	Venda Casada
	10046	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa
	10031	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisaa
	10858	Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT
	10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
10	11908	Reserva de Vagas
	10102	Terras Indígenas
	10105	Demarcação
	10104	Restituição de Área - FUNAI
	10103	Terreno Aldeado
	9989	Direitos Indígenas
	11844	Minorias Étnicas
	11849	Não Discriminação
	11842	Pessoa Idosa
	11843	Pessoas com Deficiência
	10174	Instituições Financeiras
	10175	Liberação de Depósitos de Instituição Liquidanda
	10179	Liquidação Extrajudicial
	10176	Normatizações
	10177	Remuneração de Ativos Retidos

11931	Gratuidade
7656	União Estável ou Concubinato
7677	Reconhecimento/Dissolução
7672	União Homoafetiva
4728	Câmbio
9585	Cartão de Crédito
9607	Contratos Bancários
9759	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
9856	Contra a Economia Popular
9875	Contra a Ordem Econômica
9896	Contra o Mercado de Capitais
9872	Contra o Sistema Financeiro Nacional
9897	Do genocídio
9895	Estatuto da Criança e do Adolescente
9909	Estatuto do Idoso
9901	Praticados contra os índios e a cultura indígena
9873	Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor

	12090	Perda ou Modificação de Guarda
	6197	Estrangeiro
	6198	Admissão/Entrada/Permanência/Saída
	6199	Asilo
	6200	Livre Trânsito Mercosul
	6192	Naturalidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	6202	Proteção Internacional a Direitos Humanos
	10950	Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente
	10951	Crime/Contravenção contra Idoso
	3476	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
	3605	Crimes Contra a Economia Popular
	3615	Crimes contra a Ordem Econômica
	3638	Crimes contra o Mercado de Capitais
	3612	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional
	11410	Crimes contra portadores de deficiência
	3640	Crimes de genocídio
	3647	Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena
	3613	Crimes resultante de Preconceito de Raça ou de Cor
	12217	Terrorismo
	11266	Genocídio (Todos os Assuntos da Hierarquia)

	10384	Condições Especiais para Prestação de Prova
	10371	Reserva de Vagas para Deficientes
	11832	Conselho do Idoso
	11834	Conselho sobre Drogas
	10138	Controle de Preços
	10178	Cooperativas de Crédito
	11873	Política Fundiária e da Reforma Agrária
	10058	Ensino Especial
	10049	Sistema de Cotas - Lei 10.558/2002
	10237	Readaptação
	10247	Auxílio-Reclusão
	5009	Mercado de Capitais
	5010	Bolsa de Valores
	4839	Sistema Financeiro da Habitação (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9758	Abandono Intelectual
	12018	Da Lei que Príbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas
	9966	Abandono Intelectual
	11998	Matrícula e frequência obriogatória em escola oficial de ensino fundamental
	9970	Pobreza
	6201	Trabalhador Migrante ou Fronteiriço do Mercosul

	3475	Abandono Intelectual
	12017	Crimes da Lei que Proíbe Práticas Discriminatórias para Efeitos Trabalhistas
	10017	Exportação/Vedações
	11803	Conselhos
	11833	Conselho da Comunidade
	10501	Crédito Rural
	9757	Abandono Material
	12010	Da lei de planejamento familiar
	9965	Abandono Material
	9975	Adoção de Adolescente
	9974	Adoção de Criança
	9972	Adoção Internacional
	9973	Adoção Nacional
	12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
	3474	Abandono Material
	12008	Crimes da lei do planejamento familiar
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição

	195	Direito Previdenciário (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento
	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
11	10010	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico
	11831	Controle Externo da Atividade Policial
	10109	Ordenação da Cidade/Plano Diretor
	10108	Patrimônio Histórico/Tombamento
	10139	Controle de Abastecimento
	11830	Patrimônio Cultural
	10111	Revogação/Concessão de Licença Ambiental
	11802	Ordem Urbanística
	11838	Operações Urbanas Consorciadas
	11836	Parcelamento do Solo
	11840	Segurança em Edificações
	10930	Município
	10931	Criação

	10932	Desmembramento
	9994	Indenização por Dano Ambiental
	10905	Passe Livre em Transporte
	10461	Direito de Vizinhança
	10483	Servidão
	10438	Dano Ambiental
	9740	Contra a Dignidade Sexual (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9755	Contra a Família
	9770	Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9756	Crimes contra a Assistência Familiar
	9773	Contra a Incolumidade Pública
	9784	Atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública (art. 265)
	9782	Atentado contra a segurança de transporte público
	9778	Desabamento ou Desmoronamento (art. 256)
	1170	Desabamento ou Desmoronamento Culposo
	9781	Desastre Ferroviário/Perigo de Desastre Ferroviário
	11973	Desastre ferroviário culposo
	9775	Explosão
	11964	Explosão Culposa
	9800	Fabrico/Fornecimento/Aquisição/Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico ou Asfixiante

	9774	Incêndio
	11962	Incêndio Culposo
	9785	Interrupção/Perturbação de Serviços Telegráficos/Telefônicos (art. 266)
	9777	Inundação/Perigo de Inundação
	11968	Inundação Culposa
	9779	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento (art. 257)
	9664	Contra a Inviabilidade de Domicílio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9659	Contra a Liberdade Pessoal
	9661	Ameaça (art. 147)
	9660	Constrangimento Ilegal (art. 146)
	9662	Sequestro e cárcere privado (art. 148)
	9803	Contra a Paz Pública (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12131	Homicídio Agravado pelo Extermínio de Seres Humanos
	9637	Homicídio Provilegiado
	9638	Homicídio Qualificado
	9636	Homicídio Simples
	9639	Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio
	9640	Infanticídio
	9674	Contra o Patrimônio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9734	Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos (Todos os Assuntos da Hierarquia)

9914	Contravenções Penais
9641	Lesões Corporais
9647	Decorrente de Violência Doméstica
12197	Contra Pessoas não Identificadas como Mulher
9644	Grave
9645	Gravíssima
9642	Leve
9646	Privilegiada
9643	Seguida de Morte
9648	Periclitação da Vida e da Saúde e Rixa
9653	Rixa (art. 137)
9871	Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social
11779	Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
9891	De Tortura
9892	De Trânsito
9893	Do Sistema Nacional de Armas
9910	Parcelamento do Solo Urbano
9890	Previstos na Lei de Estrangeiros
11896	Previstos no Estatuto do Torcedor
9968	Abuso Sexual
9977	Entrada e Permanência de Menores

	9967	Maus Tratos
	11818	Medidas de Proteção
	11997	Orientação e Acompanhamento Temporário
	12005	Outras Medidas de Proteção
	1156	Direito do Consumidor
	11974	Cláusulas Abusivas
	11868	Combustíveis e Derivados
	7771	Contratos de Consumo
	11861	Combustíveis e Derivados
	11860	Produto Impróprio
	7621	Seguro
	7774	Serviços Profissionais
	7617	Telefonia (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	4862	Transporte Aéreo (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11809	Transporte Aquaviário
	7776	Transporte Terrestre (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	118140	Dever de Informação
	11864	Irregularidade no Atendimento
	11866	Jogos/Sorteios/Promoções Comerciais
	11812	Oferta e Publicidade
	6220	Responsabilidade do Fornecedor (Todos os Assuntos da Hierarquia)

	11865	Vendas Casadas
	10921	Restituição de Criança, Convenção de Haia 1980
	3692	Contravenções Penais (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3463	Crimes contra a Dignidade Sexual (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3472	Crimes contra a Família
	3488	Crime contra o Pátrio-Poder e Tutela (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3473	Crimes contra a Assistência Familiar
	3491	Crimes contra a Incolumidade Pública
	3503	Atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública
	3501	Atentado contra a segurança de transporte público
	3496	Desabamento ou Desmoronamento
	11969	Desabamento ou Desmoronamento Culposo
	3500	Desastre Ferroviário/Perigo de Desastre Ferroviário
	11972	Desastre ferroviário culposo
	3493	Explosão
	11963	Explosão Culposa
	5862	Fabrico/Fornecimento/Aquisição/Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico ou Asfixiante
	3492	Incêndio
	11961	Incêndio Culposo
	3504	Interrupção/Perturbação de Serviços Telegráficos/Telefônicos

	3495	Inundação/Perigo de Inundação
	11967	Inundação Culposa
	3497	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento
	3405	Crimes contra a Inviabilidade de Domicílio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3400	Crimes contra a Liberdade Pessoal
	3402	Ameaça
	3401	Constrangimento Ilegal
	3403	Sequestro e cárcere privado
	3520	Crimes contra a Paz Pública (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12130	Homicídio Agravado pelo Extermínio de Seres Humanos
	3371	Homicídio Privilegiado
	3372	Homicídio Qualificado
	3370	Homicídio Simples
	3373	Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio
	3375	Infanticídio
	3415	Crimes contra o Patrimônio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3457	Crimes contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3611	Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social
	11780	Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
	3631	Crimes de Tortura

3632	Crimes de Trânsito
3633	Crimes do Sistema Nacional de Armas
10833	Estelionato
10840	Homicídio
10834	Incêndio
10852	Latrocínio
10841	Lesões Corporais (Todos os Assuntos da Hierarquia)
10832	Roubo (Todos os Assuntos da Hierarquia)
3630	Crimes previstos na Lei de Estrangeiros
3637	Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente
3659	Crimes previstos no Estatuto do Idoso
11895	Crimes previstos no Estatuto do Torcedor
3660	Parcelamento do Solo Urbano
3385	Lesão Corporal
5560	Decorrente de Violência Doméstica
12195	Contra Pessoas não Identificadas como Mulher
5556	Grave
5557	Gravíssima
3386	Leve
5558	Privilegiada
3387	Seguida de Morte

	10613	Excludentes (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	10612	Tipicidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3388	Periclitação da Vida e da Saúde e Rixa
	10508	Maus Tratos
	3393	Rixa
	11070	Crime em Tempo de Guerra
	11253	Ameaça
	11254	Constrangimento Ilegal
	11255	Desafio para Duelo
	11257	Sequestro e cárcere privado
	11259	Violação de Domicílio
	11255	Crimes Sexuais (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11227	Homicídio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11228	Lesão Corporal e Rixa (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11230	Ultraje Público ao Pudor
	11076	Crimes contra a Segurança Externa do País (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11077	Crimes contra a Incolumidade Pública (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11078	Crimes contra o Patrimônio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11083	Excludentes (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11085	Livramento Condicional

	11088	Tipicidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12467	Questões de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11846	Moradia
	11862	Saneamento
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	11837	Comércio Ambulante
	10086	Recolhimento e Tratamento de Lixo
	10076	Transporte Terrestre
	10061	Transporte
	10072	Sistema Nacional do Desporto
	11412	Conflito Fundiário Coletivo Rural
	11413	Conflito Fundiário Coletivo Urbano
	10487	Habitação
	9759	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
	9791	Charlatanismo (art. 283)
	9792	Corrupção ou Poluição de Água Potável (art. 271)
	9793	Curandeirismo (art. 284)
	11971	Difusão culposa de doença ou praga
	9780	Difusão de doença ou praga (art. 259)

9787	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
9794	Envenenamento de Água Potável/Substável Alimentícia ou Medicina (art. 270)
9786	Epidemia (art. 267)
9790	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica (art. 282)
9789	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais
9795	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
9796	Infração de Medida Sanitária Preventiva (art. 268)
9788	Invólucro ou Recepiente com Falsa Indicação (art. 275)
9797	Omissão de Notificação de Doença (art. 269)
9798	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública (art. 278)
9799	Substância Destinada à Falsificação (art. 277)
11965	Uso culposo de gás tóxico ou asfixiante
9776	Uso de gás tóxico ou asfixiante
9801	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
9663	Redução a condição análoga à de escravo (art. 149)
9722	Contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
12358	Feminicídio
12196	Contra a Mulher
9652	Omissão de Socorro (art. 135)

	9649	Perigo de Contágio de Moléstia Grave
	9654	Perigo de Contágio Venéreo
	9650	Perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132)
	9881	Da Poluição
	9897	Do genocídio
	9858	De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	9895	Estatuto da Criança e do Adolescente
	9909	Estatuto do Idoso
	9873	Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor
	11979	Violência Doméstica contra a Mulher
	12001	Inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento a alcólatras e toxicômanos
	12000	Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial
	12090	Perda ou Modificação de Guarda
	9979	Trabalho do Adolescente
	9971	Uso ou Tráfico de Drogas
	7752	Bancários (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	11808	Capitalização e Previdência Privada
	7772	Cartão de Crédito
	7619	Consórcio

	7620	Estabelecimentos de Ensino
	7773	Financiamento de Produto
	7761	Fornecimento de Água
	7760	Fornecimento de Energia Elétrica
	7775	Serviços Hospitalares
	7618	Turismo
	6192	Naturalidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	6202	Proteção Internacional a Direitos Humanos
	10950	Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente
	10951	Crime/Contravenção contra Idoso
	11414	Crime/contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo
	3476	Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea
	3510	Charlatanismo
	3511	Corrupção ou Poluição de Água Potável
	3512	Curandeirismo
	11958	Difusão culposa de doença ou praga
	3498	Difusão de doença ou praga
	3506	Emprego de Processo Proibido/Substância não Permitida
	3513	Envenenamento de Água Potável/Substável Alimentícia ou Medicina
	3505	Epidemia
	3509	Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica

	3508	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais
	3514	Falsificação/Corrupção/Adulteração/Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios
	3515	Infração de Medida Sanitária Preventiva
	3507	Invólucro ou Receptivo com Falsa Indicação
	3516	Omissão de Notificação de Doença
	3517	Outras Substâncias Nocivas a Saúde Pública
	3519	Substância Destinada à Falsificação
	11966	Uso culposo de gás tóxico ou asfixiante
	3494	Uso de gás tóxico ou asfixiante
	5866	Venda de Produtos ou Substância nas Condições dos Artigos 274 e 275
	3404	Redução a condição análoga à de escravo
	3445	Crimes contra a Organização do Trabalho (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	12091	Feminicídio
	3621	Da Poluição
	11410	Crimes contra portadores de deficiência
	3640	Crimes de genocídio
	3607	Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (Todos os Assuntos da Hierarquia)
	3613	Crimes resultante de Preconceito de Raça ou de Cor

12194	Contra a Mulher
3392	Omissão de Socorro
3389	Perigo de Contágio de Moléstia Grave
5911	Perigo de Contágio Venéreo
3390	Perigo para a vida ou saúde de outrem
12217	Terrorismo
10949	Violência Doméstica contra a Mulher
11266	Genocídio (Todos os Assuntos da Hierarquia)
11229	Periclituação da Vida ou da Saúde (Todos os Assuntos da Hierarquia)
10371	Reserva de Vagas para Deficientes
11832	Conselho do Idoso
11834	Conselho sobre Drogas
10460	Usucapião Especial Coletiva
9758	Abandono Intelectual
9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
9966	Abandono Intelectual
11998	Matrícula e frequência obrigatória em escola oficial de ensino fundamental
9970	Pobreza
3475	Abandono Intelectual
3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares

	11803	Conselhos
	11833	Conselho da Comunidade
	9757	Abandono Material
	12010	Da lei de planejamento familiar
	9965	Abandono Material
	9975	Adoção de Adolescente
	9974	Adoção de Criança
	9972	Adoção Internacional
	9973	Adoção Nacional
	12341	Apadrinhamento de Criança ou Adolescente
	3474	Abandono Material
	12008	Crimes da lei do planejamento familiar
	10509	Exposição ou Abandono de Recém Nascido
	11835	Conselho de Direitos da Criança e Adolescente
	9651	Abandono de Incapaz (art. 133)
	9969	Exploração do Trabalho Infantil
	11981	Exploração Sexual
	12007	Exploração Sexual ou Prostituição
	3391	Abandono de Incapaz
	11821	Conselhos Tutelares
	11820	Entidades de Atendimento

	12002	Acolhimento Institucional
	12004	Colocação em Família Substituta
	11996	Encaminhamento aos pais ou responsável
	12003	Inclusão em programa de acolhimento familiar
	11999	Inclusão em programa de auxílio à família
12	10114	Fauna
	10113	Flora
	11825	Poluição
	11829	Produtos Controlados/Perigosos
	11823	Reserva Legal
	10112	Revogação/Anulação de Multa Ambiental
	9878	Contra o Meio Ambiente
	9884	Caça (Lei nº 5.197/67)
	9879	Contra a Fauna
	9880	Contra a Flora
	9887	Pesca (Lei nº 5.197/67, Lei nº 7.643/87, Lei 7.679/88, DL 221/67)
	3618	Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético
	3624	Caça
	10986	Crime contra a administração ambiental
	3619	Crimes contra a Fauna
	3620	Crimes contra a Flora

3627	Pesca
10106	Recursos Minerais
10145	PROAGRO
10116	Agrotóxicos
11828	Área de Preservação Permanente
10119	Gestão de Florestas Públicas
11822	Mineração
11824	Recursos Hídricos
10111	Revogação/Concessão de Licença Ambiental
10118	Unidade de Conservação da Natureza
11841	Política Agrícola
11779	Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
9886	Genética (Lei nº 8.974/95)
12016	Da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
12015	Crime da Lei sobre permissão de lavra garimpeira
10516	Clonagem Humana
11780	Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural
3626	Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)
10515	Prática de engenharia genética em célula germinal, zigoto ou embrião humanos
10514	Utilização de Embrião Humano em Desacordo com a Legislação

	10002	Comercialização sem Restrições de Gêneros Alimentícios
	10001	Comercialização sem Restrições de Produtos Industrializados
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	11848	Alimentação
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	9883	Atividades Nucleares (lei 6.453/77)
	9881	Da Poluição
	7618	Turismo
	3623	Atividades Nucleares
	3621	Da Poluição
	10017	Exportação/Vedações
	10003	Comercialização e/Ou Utilização sem Restrições de Medicamentos
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	9869	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
	3622	Agrotóxicos
	3609	Responsabilidade Criminal por Danos Nucleares
13	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
14	10095	Águas Públicas
	10114	Fauna
	9879	Contra a Fauna

	9887	Pesca (Lei nº 5.197/67, Lei nº 7.643/87, Lei 7.679/88, DL 221/67)
	3619	Crimes contra a Fauna
	3627	Pesca
	11828	Área de Preservação Permanente
	10119	Gestão de Florestas Públicas
	10118	Unidade de Conservação da Natureza
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
15	10113	Flora
	9884	Caça (Lei nº 5.197/67)
	9880	Contra a Flora
	3624	Caça
	3620	Crimes contra a Flora
	10114	Fauna
	9879	Contra a Fauna
	3619	Crimes contra a Fauna
	11828	Área de Preservação Permanente
	10119	Gestão de Florestas Públicas

	10118	Unidade de Conservação da Natureza
	11827	Zona Costeira
	11826	Zoneamento Ecológico e Econômico
	10004	Funcionamento de Comércio de Derivados de Petróleo
	9882	Agrotóxicos (Lei 7.802/89)
	3622	Agrotóxicos
16	Todos os Assuntos Existentes nas TPUs	
17	10017	Exportação/Vedações
	6191	Direito Internacional
	6219	Contratos Internacionais
	6203	Cooperação Internacional
	6206	Auxílio Direto
	6207	Mercosul
	9595	Laudo Arbitral Internacional
	6213	Normas do Mercosul
	6218	Pessoa Jurídica Estrangeira
	6216	Prestação de Alimentos
	6215	Sucessão de Bens de Estrangeiro
	6212	Tratado Internacional
	10921	Restituição de Criança, Convenção de Haia 1980
	6197	Estrangeiro

6198	Admissão/Entrada/Permanência/Saída
6199	Asilo
6200	Livre Trânsito Mercosul
6217	Funcionamento de Empresa Estrangeira
6201	Trabalhador Migrante ou Fronteiriço do Mercosul
6192	Naturalidade (Todos os Assuntos da Hierarquia)
6202	Proteção Internacional a Direitos Humanos